



Declaração da sociedade civil latino-americana sobre o acesso equitativo ao lenacapavir

8 de maio de 2025

As organizações Medicines for the People, AIDS Healthcare Foundation (AHF), Public Citizen, redes regionais e outras organizações da sociedade civil abaixo assinadas, comprometidas com a resposta ao HIV, fazem um apelo urgente aos governos de toda a América Latina para que garantam o acesso equitativo ao lenacapavir, um medicamento injetável inovador de ação prolongada com o potencial de transformar sobremaneira a prevenção do HIV.

Em 2023, 1,3 milhão de pessoas se infectaram com o HIV, em todo o mundo, número bem acima das metas internacionais de redução de novas infecções. Essa realidade alarmante ressalta a necessidade de uma resposta ousada e imediata.

O lenacapavir oferece proteção contra o HIV, por até seis meses, por meio de uma única injeção e é uma grande promessa para a redução de novas infecções. No entanto, seu preço atual, superior a 40 mil dólares por pessoa, por ano, torna-o inacessível, mesmo para os países de renda média-alta da região. Isso contrasta fortemente com um custo de produção estimado em menos de 100 dólares.

O acordo de licenciamento voluntário da Gilead excluiu injustamente países importantes como Brasil, Colômbia, México e Peru - embora alguns tenham participado dos ensaios clínicos - violando princípios éticos fundamentais de pesquisa.

Em 2024, a sociedade civil latino-americana se mobilizou para exigir acesso equitativo ao lenacapavir. Em 1º de dezembro, Dia Mundial de Luta contra a Aids, 113 organizações denunciaram a exclusão da região com o slogan “Gilead está em dívida com a América Latina”. Em 18 de dezembro, uma nova iniciativa – “A América Latina exige acesso equitativo ao lenacapavir” – reuniu 94 organizações e 13 lideranças sociais para apresentar um apelo regional a 22 governos nacionais da região.

Essas ações visam incentivar o uso dos mecanismos de flexibilidades previstos no Acordo TRIPS, da Organização Mundial do Comércio (OMC), incluindo o licenciamento compulsório, o fortalecimento de estruturas regulatórias e a promoção da produção local de medicamentos. Essa resposta coletiva sinaliza a forte oposição da sociedade civil latino-americana à priorização dos lucros da Gilead, em detrimento da saúde pública, e afirma a necessidade urgente de os governos utilizarem todos os mecanismos legais disponíveis para garantir o acesso, tendo como princípios orientadores o direito à saúde e o interesse público.

Na Argentina, a Fundação GEP contestou, com sucesso, o pedido de patente da Gilead para o lenacapavir, argumentando que os compostos não apresentavam novidade e



inventividade. Com isso, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) daquele país rejeitou o pedido de patente, alegando que não atendia aos padrões nacionais de patenteabilidade.

Os pedidos de patentes secundárias também devem ser rejeitados quando servem apenas como extensão de monopólios, sem oferecer benefícios terapêuticos ou inovação relevante.

O acesso ao lenacapavir se torna ainda mais prejudicado pelos altos custos, pela falta de transparência, pelas restrições à exportação nos acordos de licenciamento da Gilead e pelos atrasos na disponibilidade de alternativas genéricas (atualmente, não esperadas antes de 2028). Esses fatores ameaçam ampliar ainda mais lacunas na resposta global ao HIV.

Garantir o acesso ao lenacapavir deve ser parte de uma mudança estrutural mais ampla que reconheça os medicamentos financiados com recursos públicos como bens públicos globais. Pedimos à comunidade internacional que adote políticas que coloquem a saúde pública acima dos lucros privados.

Pedimos aos governos da América Latina que ajam rapidamente para melhorar o acesso e promover a produção regional de medicamentos essenciais. As organizações da sociedade civil continuam prontas para colaborar com as autoridades nacionais, apesar da falta de resposta institucional, até o momento.

Se não houver progresso concreto no curto prazo, incentivamos os governos a considerarem a possibilidade de decretar licenças compulsórias, abordagem que obteve sucesso em países como Brasil, Colômbia e Equador, em resposta a outros medicamentos patenteados.

Nós, abaixo assinados, conclamamos os governos da América Latina a:

- Garantir o acesso equitativo ao lenacapavir, um medicamento injetável de ação prolongada, usado para a prevenção do HIV e como alternativa para indivíduos com resistência a outros medicamentos antirretrovirais.
- Fortalecer as estruturas regulatórias para facilitar o registro e a disponibilidade de versões genéricas e apoiar a produção farmacêutica regional.
- Fazer uso das flexibilidades previstas no Acordo TRIPS da OMC, incluindo o licenciamento compulsório, e atrair o interesse de fabricantes de genéricos para produzir o medicamento.
- Rejeitar patentes secundárias injustificadas que estendem os monopólios e impedem o acesso a medicamentos essenciais.
- Envolver a sociedade civil no diálogo e nos processos de tomada de decisão relacionados ao acesso a tratamentos inovadores.